

Conferência proferida a convite da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República - 14 de dezembro de 2013

“As universidades em tempos de crise e de mudança”

António Rendas

Reitor da Universidade Nova de Lisboa

Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

No dia 14 de abril de 1970 o deputado João Pedro Miller Guerra apresentou à Assembleia Nacional um Aviso Prévio intitulado: “As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna”.

Nesse mesmo ano a *Moraes Editores* publicou, no âmbito de uma série intitulada «Actualidades Portuguesas», um livro com o mesmo título do Aviso Prévio contendo não só o texto do mesmo, mas também a reprodução do debate que se seguiu, conforme ficou registado em fita magnética, com as devidas adaptações.

Guardei sempre esse livro com especial carinho até porque ainda conserva parte da etiqueta da Livrelco, a saudosa Cooperativa Livreira de Universitários, onde estes textos, e outros, eram divulgados, de uma forma discreta, no início da década de 70.

Frequentava, nessa altura, o quarto ano de medicina e Miller Guerra, um dos nossos professores mais respeitados, tinha ainda tempo para ministrar um curso livre, noturno, na Sala de Alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa, no qual abordava, sem preconceitos, temas de ética e deontologia.

Se digo tudo isto é para afirmar que o ambiente que se vivia naquela altura em Portugal era tudo menos asséptico, ao contrário do que parece estar a suceder agora.

O texto de Miller Guerra é sobejamente conhecido mas o debate talvez não. São quase trezentas páginas contendo depoimentos muito interessantes, uns a favor e outros contra o Aviso Prévio, que espelham bem o pensamento do País na altura e contendo algumas intervenções de grande atualidade.

A questão de fundo em qualquer reforma não se esgota na qualidade do pensamento de quem a concebe nem no rigor do plano traçado. A questão de fundo é a capacidade dessa reforma ser capaz de mudar mentalidades e de criar novos paradigmas.

A fase final do debate, que não resisto a transcrever, espelha bem como era, e ainda hoje é, difícil mudar mentalidades.

“O Sr. Presidente: - Srs. Deputados: Não está mais nenhum orador inscrito para este debate. Encontram-se, porém, sobre a Mesa duas propostas de moção, que,

evidentemente tendem a exprimir os juízos da Assembleia sobre a discussão travada. Vão ser lidas essas propostas pela ordem de entrada na Mesa.

1ª Moção

“A Assembleia Nacional, ao encerrar-se o debate sobre o aviso prévio do Sr. Deputado Miller Guerra acerca das universidades tradicionais e a sociedade moderna, manifesta a seu apreço por quantos, através da secular existência da Universidade em Portugal, procuram cumprir os seus deveres de educadores, de estudiosos e de investigadores, formando o escol dirigente do País e enriquecendo a cultura nacional.

Regista a necessidade de adequar o ensino superior português às condições da sociedade moderna, abrindo-o largamente a todos quantos, pela sua inteligência e qualidades de trabalho, devam ter acesso aos graus mais elevados do conhecimento científico.

Nota com satisfação que o Governo inscreva no seu programa uma profunda reforma do ensino superior, para a qual encetou os trabalhos preparatórios e publicou já importantes providências legislativas.

Confia em que o Governo prossiga com rapidez, atendendo quanto antes às mais graves carências evidenciadas e tendo em conta as sugestões produzidas pelos diversos oradores no debate ora findo.

Exprime a sua esperança de que para o esforço da reforma contribuam todos quantos, autorizada e utilmente, nela devam participar, movidos pelo alto intuito de melhorar as instituições escolares portuguesas e suas orientações, usos e métodos de trabalho, de modo que a escola, em todos os seus graus, seja um instrumento eficaz de renovação de mentalidades, dignificação moral e desenvolvimento económico do País”

2ª Moção

“A Assembleia Nacional, considerando o debate do aviso prévio sobre: “As universidades tradicionais e a sociedade moderna” e manifestando o seu apoio à política do atual Governo relativamente à vida das instituições universitárias, delibera recomendar que se realize com urgência a reforma das universidades existentes e que se proceda à fundação de novas universidades de estrutura diversa, sugerindo as seguintes medidas imediatas:

Aumento do número de docentes de todas as categorias, de modo a ser possível um ensino personalizado, indissociavelmente ligado à investigação científica;

Criação de condições indispensáveis ao exercício da docência em regime de tempo inteiro;

Institucionalização do ensino pós-graduado;

Alteração da constituição dos conselhos escolares, de forma a representarem efetivamente todo o corpo docente e discente;

Funcionamento normal das associações académicas;

Elevação do quantitativo e aumento relativo do número de bolsas de estudo, integradas numa premente política de democratização do ensino;

Criação da carreira de investigação científica;

Integração das universidades no processo de desenvolvimento económico, social e político da Nação;

Reestruturação do Ministério da Educação Nacional, dotando-o de órgãos de estudo e de gestão modernos;

Criação de uma comissão que elaborará um relatório sobre a reforma da universidade, baseada nos textos recebidos das universidades, sindicatos, ordens, sociedades científicas e culturais, empresas, corpos administrativos e todas as pessoas e entidades interessadas bem como na informação recolhida nas experiências estrangeiras;

Ampla discussão desse relatório finda a qual, e considerando eventuais alterações, será entregue ao Governo”.

Após a leitura das duas moções prosseguiu o Presidente:

“Srs. Deputados: Vou pôr estas propostas de moção à votação. Nos termos regimentais, elas serão postas à votação pela ordem de apresentação na Mesa, e que é a mesma porque foram lidas. Em consequência, vai proceder-se à votação da (primeira) proposta de moção.

Como é óbvio, e havendo só duas propostas, se esta primeira proposta de moção obtiver aprovação ficará prejudicada a votação da segunda.”

E para finalizar:

“Srs. Deputados: os senhores secretários da Mesa procederam à contagem. Verificaram que 83 Srs. Deputados se conservaram sentados, dando assim o seu voto de aprovação à (primeira) moção que estava à votação. Enquanto 22 Srs. Deputados se

levantaram, rejeitando-a, portanto. Em consequência, declaro aprovada a primeira das moções que foi lida e com esta votação declaro terminado o debate do aviso prévio.”

Devo ainda esclarecer que os signatários da segunda moção eram, entre outros, Joaquim Pinto Machado, José Correia da Cunha, José Pinto Leite e Francisco Sá Carneiro.

Este episódio simboliza, para além do confronto de estilos e de métodos, o grande empenho com que a modernização das universidades foi tratada em Portugal, no início da década de 70, mesmo antes do 25 de abril, bem patente na reforma universitária promovida, durante esse período, pelo Ministro José Veiga Simão.

Ilustra, também, a capacidade que existe em Portugal de se iniciarem processos de mudança sem que os compromissos entre todos os intervenientes fiquem bem estabelecidos o que pode dificultar, no terreno, a concretização das mudanças.

Naquela altura tais compromissos não eram possíveis mas agora não podemos correr esses riscos.

Deixei Portugal em janeiro de 1974, com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, já impelido por esse movimento de mudança. Só voltei definitivamente, cerca de seis anos depois e, desde essa data, estive sempre ao serviço da universidade.

Durante todo esse período, e até ao presente, mantive, sem qualquer interrupção, as funções inerentes a um professor universitário. Mas também realizei outras missões: integrei o Instituto de Higiene e Medicina Tropical na Universidade Nova de Lisboa e dirigi, durante quase uma década, a Faculdade de Ciências Médicas. Nos últimos seis anos exerço funções de Reitor da Universidade Nova de Lisboa e, nos últimos três, de Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. De todos estes lugares só o primeiro foi por nomeação governamental. Todos os restantes foram por votação dos meus pares ou de colégios eleitorais.

A minha experiência como gestor universitário vem, portanto, das “trincheiras” e o mesmo sucede, e sempre sucedeu, com os reitores das universidades públicas portuguesas. Este modelo de gestor público, de base académica, corresponde ao praticado na Europa e, com algumas alterações, em praticamente todo o Mundo. O modelo pode ser considerado cooperativo mas tem conduzido a resultados com excelente impacto, nacional e internacional, e sem descalabros do ponto de vista financeiro ao contrário do que sucede noutros sectores, públicos e privados.

As universidades portuguesas, como as suas congéneres em todo o mundo, devem estar sempre em mudança porque crescem a partir da geração de novos conhecimentos. Mas porque precisam de ser fustigadas pela presente “crise”? Esta “crise”, de que agora falo, nada tem a ver com a reflexão intelectual, tão saudável, que

nos leva, face a novos problemas a alterar comportamentos e a desenvolver novas ações. A “crise” que as universidades portuguesas estão atualmente a viver resulta de um conjunto de obstáculos burocráticos que, no âmbito das restrições financeiras atuais, se colocam ao funcionamento das instituições, dificultando procedimentos administrativos e pondo em causa a autonomia universitária.

A “crise” e as restrições decorrentes estão a por em risco o funcionamento corrente das universidades, com graves e crescentes efeitos na qualidade do ensino e da investigação, sem que se abordem as questões da verdadeira crise que é, efetivamente, grave e mundial.

As mudanças de índole económica e financeira que ocorrem em todo o Mundo afetam as universidades e elas próprias são geradoras de algumas dessas transformações. Mas, talvez pela primeira vez na história recente da humanidade, não estão sozinhas. A crise mundial que vivemos, baseada numa mudança do paradigma económico, com profundas implicações sociais, está a mudar, radicalmente, a missão e as funções das universidades como vou, seguidamente, procurar demonstrar.

Em Março deste ano o *Institute for Public Policy Research*, de Londres, publicou um estudo que recomendo vivamente, e que se chama: “Vem aí uma avalanche – o ensino superior e a revolução que se aproxima”. Utiliza a metáfora de uma montanha branca, coberta de neve, chamando a atenção para os movimentos invisíveis que acontecem debaixo da superfície daquela aparente calma, do branco e do liso, da superfície da montanha. E o pior que se pode fazer frente a uma avalanche é ficar no mesmo lugar! E o que está efetivamente a acontecer no mundo universitário por baixo dessa camada superficial, aparentemente muito lisa e muito homogénea? Em primeiro lugar, como sabem, a economia mundial está a mudar, influenciada pela globalização e pela tecnologia. Em segundo lugar, essa economia global tem-se caracterizado por duas décadas de uma evolução irracional e não controlável. Por outro lado, o mundo ocidental onde nos situamos, a Europa e os Estados Unidos da América, atravessa um período difícil ao nível da formação académica no ensino superior dependente de problemas resultantes do seu próprio crescimento, tais como o aumento do custo real do ensino superior estar, em muitos casos, a crescer mais rapidamente do que o custo da inflação.

Todos estes fatores devem ser considerados, do ponto de vista das universidades e das suas missões, com a maior atenção. No entanto, sabemos que uma qualificação universitária confere a um graduado maiores possibilidades de obter emprego e com um salário mais elevado, em comparação com outras qualificações inferiores.

Muitos dos estudantes universitários já não têm uma perspetiva regional, nem sequer nacional dos seus graus porque sabem que o valor dessas qualificações tem de ser global. Neste âmbito é preciso pensar não só na Europa e nos Estados Unidos da

América, mas também na Ásia, na América do Sul, na Austrália e , no caso português, também em África.

Estas mudanças, todas elas exógenas, levam-nos a admitir que o modelo tradicional de universidade, Humboldtiano, não vai ter impacto no século XXI sem que haja grandes transformações no ensino universitário e nas próprias universidades.

O Relatório do *Institute for Public Policy Research* aponta para quatro elementos que têm de mudar. Em primeiro lugar, os “produtos” da universidade. Estou a utilizar esta linguagem, propositadamente “não académica”, para refletirmos sobre o futuro sem quaisquer preconceitos. Considero que os “produtos” da Universidade não se podem limitar às publicações científicas e à produção de graduados. As universidades já fazem muito mais do que isso, mas será que estão preparadas para esses novos desafios?

O segundo elemento são as pessoas. Será que os professores universitários podem e querem executar essas novas missões e em que condições? E os estudantes? Será que resistem à onda consumista que a todos envolve? E serão ainda capazes de se concentrar na aprendizagem, que é a principal atitude que lhes devemos transmitir, para adquirirem ferramentas úteis para o futuro, incluindo a procura de um futuro profissional bem sucedido?

Em terceiro lugar, os programas de ensino. Como estão as universidades a responder às novas formas de aprendizagem, em particular aos MOOC's (*Massive Open Online Courses*), que neste momento são divulgados, não por empresas, mas por prestigiadas universidades, que estão no topo dos *rankings*, como é o caso do MIT, Harvard e Stanford? Como vão as restantes universidades enfrentar esse desafio?

O quarto elemento é o ambiente de aprendizagem. Será que se deve ensinar e aprender apenas em espaços universitários devidamente padronizados? Ainda há bem pouco tempo estive no *University College*, em Dublin, e fiquei impressionado, e com uma pontinha de inveja, ao verificar o enorme investimento aí realizado em infraestruturas. Mas será que, para além disso, não devemos colocar mais os nossos estudantes nas empresas, nas autarquias, na sociedade, para que possam, na realidade, estar melhor preparados para os desafios do futuro?

Quais devem ser, então, as novas prioridades?

Em primeiro lugar, devemos clarificar as relações entre as universidades e os empregadores. Não distingo aqui empregadores públicos e privados, falo, simplesmente, do mercado de trabalho. Existe um amplo espectro de relações, desde as costas voltadas até a uma completa articulação e esta última atitude já conta com bons exemplos, em Portugal.

Em segundo lugar, como vamos resolver a questão das relações entre o aumento dos custos do ensino e a manutenção da qualidade? Por exemplo, o papel das tecnologias da informação está, do meu ponto de vista, muito aquém das suas verdadeiras potencialidades. O investimento feito em Portugal no *e learning* não tem sido enquadrado por uma política nacional do ensino à distância o que dificulta a capacidade competitiva das universidades portuguesas a nível internacional, nomeadamente nos países da CPLP. Uma oferta curricular de qualidade em língua portuguesa e espanhola poderia ser uma forma de compensar os custos iniciais do *e learning*.

E, em terceiro lugar, como vão as universidades relacionar-se com as outras entidades não-académicas, que também fazem formação e que, nalguns casos, já o fazem com muita qualidade? Existe também aqui um amplo espectro de ação, que vai desde a mais completa ignorância entre os vários parceiros, até às *Corporate Universities*. Hoje, como sabem, existem grandes empresas que preferem contratar individualmente os professores e fazer a sua própria “universidade” dentro da empresa, em vez de convidarem instituições universitárias, como parceiras, para contribuírem, globalmente, nessas atividades formadoras.

Sou um adepto convicto da continuidade da investigação de excelência e do ensino de qualidade. Essa é a missão essencial da Universidade. Mas, no século XXI, temos de aceitar o desafio do futuro e desenvolver, nas universidades, outras iniciativas que nos integrem cada vez mais na sociedade. Aliás, já era assim nas universidades do Renascimento.

As universidades portuguesas têm participado ativamente em todo este processo de mudança mas, em simultâneo, estão num processo de transformação próprio que se tem vindo a consolidar nas últimas décadas. Consolidar a modernização universitária, de que falava Miller Guerra, identifica-se, atualmente, com uma única palavra: autonomia.

Se olharmos para as premissas colocadas na 2ª moção, aquela que não chegou a ser votada no dia 21 de Abril de 1970 verificamos que, com as necessárias adaptações, tudo foi praticamente realizado e, no caso da ciência, largamente ultrapassado.

Falta cumprir-se a autonomia por razões que passo a expor.

Em 2005 a Fundação Calouste Gulbenkian publicou um livro intitulado: “Governar a Universidade Portuguesa *Missão, Organização, Funcionamento e Autonomia*. O texto, da autoria de Júlio Pedrosa e João Filipe Queiró, ambos anteriores governantes destes pelouros, sintetiza os resultados de um projeto sobre a governação das universidades que deve ser uma leitura obrigatória para a compreensão do presente e do futuro das universidades portuguesas. O livro começa com um prefácio de um outro antigo

Ministro da Educação, o Professor Eduardo Marçal Grilo, atual Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian onde se pode ler, a certa altura:

“O modo como as universidades estão hoje estruturadas em termos de órgãos de governo, a forma como o poder se exerce e os termos em que se processam as decisões e a preparação das decisões dentro das instituições universitárias são talvez os estrangulamentos mais sensíveis destas instituições, que foram criadas séculos atrás e se dedicam à cultura, à educação, ao saber e sobretudo ao alargamento das fronteiras do conhecimento.

À volta da questão central da governabilidade é forçoso debater algumas interrogações que sintetizam de certa maneira a preocupação que tem vindo a ser sentida nalguns sectores e que são as seguintes:

Qual o melhor modelo de governo que uma universidade deve adotar?

Quais os órgãos de governo que melhor se adequam ao equilíbrio interno de uma instituição universitária europeia do século XXI?

Qual é o sistema de decisão que melhor se adapta às exigências de uma instituição que se quer mais ágil, mais eficiente e mais relevante?”

E mais adiante, para finalizar, afirma o Professor Eduardo Marçal Grilo:

“Na minha perspectiva há sete factores que incorporam objectivos e valores que devem condicionar as decisões relativas à governação, aos órgãos de governo e aos sistemas de decisão das universidades europeias neste princípio de século. São eles:

1. A abertura ao exterior;
2. O reforço das lideranças;
3. A *accountability*;
4. A autonomia;
5. A participação;
6. O combate às corporações instaladas;
7. A necessidade de questionar as hierarquias estabelecidas”.

A publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), em 2007, que é um marco essencial neste caminho, deve ser vista no contexto da reflexão que acabei de mencionar e de outras que foram ocorrendo nas décadas de 80 e 90 na sociedade portuguesa.

Muitas dessas reflexões estão sintetizadas numa publicação da OCDE, de 2007, inserida na série *Reviews of National Policies for Education*, intitulada: “*Tertiary Education in Portugal*”.

Este documento que, do meu ponto de vista, constitui a base programática das reformas efetuadas nesse período, devidas ao Ministro José Mariano Gago, foi preparado, a partir de 2005, por um grupo de peritos internacionais, liderado pelo Dr. Abrar Hassan, Diretor da Divisão de Ensino Superior e Treino da OCDE, de acordo com os seguintes termos de referência:

- Papel do ensino superior no desenvolvimento da capacidade de os estudantes serem capazes de prosseguir a aquisição de conhecimentos em condições diversificadas como as que sucedem na sociedade do conhecimento, envolvendo a aprendizagem ao longo da vida e os efeitos da globalização; contribuindo igualmente para a coesão social e para a equidade; e mantendo a identidade cultural do país.
- Gestão estratégica e respetivas estruturas.
- Ensino e aprendizagem.
- Investigação e desenvolvimento.
- Investimento e financiamento.
- Capacidade competitiva internacional.

Desenvolvi apenas o primeiro dos termos de referência para assinalar que a capacitação dos estudantes constituiu a trave mestra e motivadora das mudanças que foram efetuadas.

Passados quase dez anos é importante acentuar que se realizaram progressos muito significativos, sobretudo no âmbito da governação, mas que ainda há muito por fazer.

Das principais iniciativas já concretizadas permito-me destacar, para além do RJES, a instalação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) que efetua a acreditação de todos os ciclos de estudos a funcionar em Portugal e que tem desempenhado um papel essencial no controlo da qualidade do nosso ensino superior.

Reverendo as recomendações do Relatório da OCED considero que ficaram por cumprir:

- A criação do Conselho Coordenador do Ensino Superior, como órgão de acompanhamento das políticas do ensino superior
- A construção de uma oferta curricular adequada, não só aos princípios de Bolonha, mas também vocacionada para a promoção da aprendizagem centrada nos estudantes.

- A ligação mais estreita entre o ensino e a investigação nas universidades e também com a inovação, considerada como a criação de valor económico a partir do conhecimento e a respetiva ligação às empresas.
- A revisão dos critérios de financiamento baseada nos *outputs* e não apenas nos *inputs* do sistema e, como é óbvio, no reforço da autonomia na gestão e na manutenção da liberdade académica.
- O estabelecimento da internacionalização do ensino superior português através do acesso ao sistema nacional, ao nível do 1º ciclo, de estudantes internacionais, ou seja, aqueles que se deslocam a Portugal para obter ou completar uma qualificação de nível superior.
- Finalmente, e esta componente não surge com destaque no Relatório, um acompanhamento da empregabilidade dos diplomados.

Para concluir:

As universidades portuguesas modernizaram-se consideravelmente nas últimas décadas e as mudanças recentes, que ocorreram a partir de 2007, permitiram-lhes assumir uma posição notável no contexto internacional bem visível pelas posições ocupadas nos *rankings*. Mas, acima de tudo, as universidades públicas portuguesas têm cumprido uma missão essencial que é a de qualificar a juventude portuguesa e prepará-la para os desafios do futuro, numa sociedade global. Claro que fazem muito mais mas essa é, e será sempre, a sua função mais nobre.

A autonomia universitária, consagrada na nossa Constituição, que não está atualmente a ser cumprida a pretexto da “crise”, significa responsabilidade e prestação de contas, princípios que as universidades sempre praticaram. Não significa privilégios e exceções que as universidades não querem, nem nunca tiveram.

Este estatuto autónómico foi conseguido porque existiu confiança do País nas universidades e nos universitários. Espero, sinceramente, que essa confiança se mantenha, apesar da chamada “crise”, para bem de Portugal e dos portugueses.